

RELATO DE EXPERIÊNCIA: A EXPRESSÃO DAS RELAÇÕES DE GÊNERO ATRAVÉS DE PAINÉIS TEMÁTICOS

Paula Vielmo

Instituto de Educação, Ciência e Tecnologia da Bahia – IFBA. Grupo de Pesquisa Nego D'água: pesquisas interdisciplinares do Oeste da Bahia. E-mail: paulavielmo@ifba.edu.br

Resumo

A escola é um espaço essencial para a transformação das relações de gênero e este artigo é o Relato de Experiência de uma militante feminista, integrante do Grupo de Estudos sobre Gênero numa perspectiva Feminista (GEGEF) do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia da Bahia (IFBA)/ Campus Barreiras, a partir da intervenção pedagógica com sete painéis temáticos, realizada para o 8 de março de 2016, em parceria com o Grêmio Estudantil. Analiso o conteúdo dos painéis a partir das respostas das/os estudantes, sob a perspectiva dos Estudos Feministas, concluindo que a intervenção foi significativa para dar visibilidade às situações cotidianas de desigualdades e violências de gênero, bem como a necessidade de ampliar as discussões de gênero e formação de estudantes e professoras/es para trabalhar com esse enfoque.

Palavras-chave: Gênero, Feminismo, Intervenção pedagógica, Painéis temáticos, IFBA.

Introdução

Em uma sociedade em conflito entre manutenção do *status quo* e transformação dessa realidade, a Escola situa-se como Instituição que reproduz ideologias e práticas discriminatórias e excludentes, dentre as quais as desigualdades de gênero, raça/etnia, sexualidade e classe. Essa perpetuação é percebida através da organização escolar que transmite valores, normas e concepções construídas socialmente como se fossem naturais. Essa escola também é a nossa.

Quando tratamos da condição feminina, a educação escolar situa-se como parceira para a “preservação e reforço de valores arcaicos, de mentalidades subalternas e/ou autoritárias” (COSTA, RODRIGUES e VANIN, 2008, p.6). Apesar dessa situação, a Escola pode ser promotora de transformação e mudança, favorecendo a educação de sujeitos críticos.

Assim, refletindo sobre a função da escola, o espaço de formação em disputa e a necessidade de promover mudanças através da educação e de trazer para o debate as relações de gênero, surgiu em 2014 o Grupo de Estudos sobre Gênero numa perspectiva Feminista (GEGEF) do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia da Bahia (IFBA) / Campus Barreiras, organizado por servidoras Técnicas Administrativas em Educação e Docentes, compreendendo que “os estudos de gênero significam um marco importante no processo de democratização, redefinindo as relações sociais e provocando transformações” (COSTA, RODRIGUES e VANIN, 2008, p. 10)

O GEGEF fundamenta-se nas pedagogias feministas, ou seja, uma Pedagogia pautada em um conjunto de princípios e práticas que objetivam conscientizar homens e mulheres da ordem patriarcal vigente na sociedade, instrumentalizando-as/os para superá-la e atuarem para construir a equidade entre os sexos (SARDENBERG, 2008, p. 17).

Scott (1995, p. 86-87) define gênero como elemento constitutivo das relações sociais baseado nas diferenças percebidas entre os sexos e uma forma primária de dar significado às relações de poder implicando em quatro elementos: 1) os símbolos culturais; 2) as normas de interpretação dos símbolos; 3) organização social e 4) identidade subjetiva. Estes elementos operam juntos nas relações sociais e é preciso dar visibilidade a eles. Assim, a autora cunha um conceito – gênero - que serve ao mesmo tempo como ferramenta analítica e política (LOURO, 2011, p.25).

Em 2016 o GEGEF promoveu para o 8 de março – Dia Internacional das Mulheres, uma intervenção pedagógica através de painéis temáticos envolvendo a mulher na sociedade atual, com

questões do cotidiano social e situações escolares. A partir dessa experiência extremamente significativa pelos elementos que trouxe à tona, avaliarei neste artigo os sete painéis temáticos tendo como objetivos: analisar como as desigualdades de gênero se manifestam através da linguagem escrita; identificar respostas criativas para as questões levantadas; refletir acerca das possibilidades de construção da consciência crítica de gênero a partir de intervenções escolares.

Metodologia

A experiência ocorreu nas dependências do IFBA/Campus de Barreiras, envolvendo um número indefinido de estudantes dentre as/os 1.200 matriculadas/os nos cursos técnicos de nível médio na modalidade integrada de Alimentos, Edificações e Informática; cursos técnicos de nível médio na modalidade subsequente de Eletromecânica, Eletrotécnica e Enfermagem; curso técnico de nível médio de Eletromecânica na modalidade PROEJA e cursos de graduação em Engenharia de Alimentos e Licenciatura em Matemática.

A intervenção pedagógica promovida pelo GEGEF em parceria com o Grêmio Estudantil (GREMIF) contou com os seguintes procedimentos: seleção e definição de frases com perguntas para os painéis; colagem de sete painéis pelo Campus, com perguntas acerca de diversos temas sobre a mulher na sociedade e das pautas feministas; registro e tabulação das respostas das/os estudantes nos cartazes para subsidiar as Rodas de Conversas no dia 8 de março de 2016; exibição do filme “As sufragistas” seguido de debate; encenação de cenas cotidianas de assédio contra estudantes, sob responsabilidade do Grêmio Estudantil; Rodas de Conversas após o intervalo no dia 8 de março de 2016. Neste artigo irei tratar acerca do conteúdo dos painéis, considerando que a violência de gênero é uma realidade complexa, com raízes na sociedade, na omissão do Estado e nas relações interpessoais que ainda hoje são vistas como algo da vida privada, e por muito tempo ficou encoberta por certa invisibilidade social (SARDENBERG e MACEDO, 2008, p. 42).

A análise dos dados será feita a partir dos Estudos Feministas, um campo de estudo marcadamente engajado, dirigido para análise e intervenção social (LOURO, 2011, p. 161), com um caráter de mudança epistemológica, demonstrando que as contribuições destes Estudos consiste em “reconhecer que os comportamentos, as crenças, as representações das/os pesquisadoras/es feministas interferem nos resultados de suas pesquisas – da mesma forma que interferem as de *qualquer* pesquisador ou pesquisadora” (LOURO, 2011, p. 158).

Resultados e Discussão

Os painéis ficaram disponíveis durante cerca de dez dias. No entanto, logo nas primeiras horas, a maioria ficou totalmente preenchida. Foram afixados mais cartazes para oportunizar a expressão das/os estudantes. O fato dos cartazes serem rapidamente preenchidos demonstrou que os temas e as frases, trazidas do cotidiano da vida das mulheres e das estudantes nas relações com as/os professoras/es foram um espaço de visibilidade para as relações de gênero no ambiente escolar, resultado de diferenças, distinções e desigualdades produzidas também pela e na escola, pois “a escola entende disso” (LOURO, 2011, p. 61).

Uma semana antes do 8 de março os cartazes foram retirados, realizou-se registros fotográficos, transcreveu-se e tabulou-se as respostas para fundamentar as Rodas de Conversas. As respostas chamaram a atenção porque havia agressões e ridicularizações - já previsto -, mas a maioria eram respostas adequadas ao que estava sendo questionado. O espaço também foi utilizado para denúncias de situações de assédio por professores, trazendo à tona “práticas rotineiras e comuns, os gestos e as palavras banalizados que precisam se tornar alvos de atenção renovada, de questionamentos e, em especial, de desconfiança” (LOURO, 2011, p. 67).

Analiso abaixo o conteúdo dos sete painéis, intitulados: Lugar de mulher é...; Meninas, seu short curto seduz o professor?; O que você já deixou de fazer por ser mulher?; Qual a sua opinião sobre a legalização do aborto?; Qual a sua opinião sobre esta imagem

LÓGICA DA EQUAÇÃO



Trabalho doméstico é coisa de mulher?; Você já foi obrigado/a a ficar com alguém? Em qual situação? Como se sentiu?

Pergunta: Lugar de mulher é...

Essa pergunta buscou refletir acerca dos papéis sociais e se há ou não um lugar determinados para as mulheres na concepção de nossas/os estudantes. A “mulher é uma categoria heterogênea, construída historicamente por discursos e práticas variados, sobre os quais repousa o movimento feminista” (COSTA, 1998, p. 133), sendo uma identidade politicamente assumida e ligada aos lugares social, cultural, geográfico, econômico, racial, sexual, libidinal, etc, que ocupamos a partir do qual lemos e interpretamos o mundo. Assim, não existe uma essência universal do ser mulher e elementos interseccionais como raça, classe, sexualidade interfere nessa concepção.

Das 67 (sessenta e sete) respostas à esta pergunta, 09 disseram “em qualquer lugar que seja respeitada”; “aonde ela quiser”; ”em todo lugar, depende de cada uma”; “aonde ela se sentir feliz”, totalizando 13,4% das respostas. A maioria das respostas foi irônica. Para Sardenberg (2008, p. 16) “é preciso atentar para a especificidade da condição feminina e, ao mesmo tempo, criar as condições que propiciem o desencadear de um processo de conscientização e ‘empoderamento’ das mulheres”. Acredito que a escola seja essencial para isso e que a nossa Instituição precise desse debate, conforme a maioria das respostas demonstrou.

Pergunta: Meninas, seu short curto seduz o professor?

A pergunta teve origem em situações escolares, espaço que educa a sexualidade feminina para se adequar aos padrões de passividade e desconsidera que a sexualidade está na escola porque ela faz parte dos sujeitos e não é algo que alguém possa ‘se despir’ (LOURO, 2011, p 85).

Deste modo, foram 47 (quarenta e sete) respostas, sendo três com diálogos, e a maioria respondeu “não sei”. Essa temática é recorrente no ambiente escolar, que busca cercear a exposição dos corpos femininos, percebidos pela sociedade patriarcal como perigosos por possuírem sexualidade. Dessa maneira, a acusação de que os corpos femininos despertariam desejos em alguns professores é uma forma de cerceamento desses corpos e de dominação masculina.

Chamou atenção uma das respostas alegando que “escola não é ambiente para se usar short curto”, demarcando a escola como um ambiente conservador em termos de vestimenta. Assim, “é indispensável que nos demos conta de que as preocupações e a vigilância em relação a sexualidade não se restringem as alunas, nem mesmo apenas aos alunos, mas a todas as pessoas (inclusive os adultos) que convivem na escola” (LOURO, 2011, p. 80).

Relevante registrar que três docentes tiveram os nomes citados, insinuando alguma situação em sala de aula que desconhecíamos até a atividade com os painéis, que para Alemany (2009, p. 29) caracterizam fatos incluindo as manifestações e os propósitos e olhares com intenção sexual dirigidos a uma pessoa sem que ela os tenha desejado, algo que atinge mais de 60% das mulheres.

Pergunta: O que você já deixou de fazer por ser mulher?

Esta pergunta obteve 43 (quarenta e três) respostas, sendo a maioria delas acerca de questões reais (chegar tarde, ir à festas, fazer sexo). Do total de respostas, 7% respondeu “nada”. Interessante o diálogo entre uma das respostas: “meu sexo não limita o meu ser”; resposta: “ô miga, limita, mas não é culpa nossa!”. Scott (1995, p. 88) argumenta dizendo sobre como a sociedade “representa o

gênero”, serve para articular as normas das relações sociais ou construir o significado das experiências de cada pessoa. Portanto, ela nos diz que o conceito de gênero estrutura a percepção e a organização concreta e simbólica da vida social.

Inúmeras respostas fizeram referência à liberdade sexual, demonstrando que realmente a sexualidade é o grande entrave para as mulheres, principalmente para as jovens, pois são nos corpos que se marca as violências de gênero (BARREIRA, 2014, p.191). As desigualdades de gênero existem e são resultado das relações assimétricas e hierárquicas, Destarte, as mulheres não dispõem das mesmas condições que os homens para enfrentar os problemas da vida cotidiana e somente com ‘filtros de gênero’ isso se torna perceptível (SARDENBERG e MACEDO, 2008, p. 37). A educação formal contribui para a determinação dos papéis sociais de mulheres e homens e também pode contribuir para a percepção dessas desigualdades e a sua transformação.

Pergunta: Qual a sua opinião sobre a legalização do aborto?

É inegável que o debate sobre aborto no Brasil está permeado por reprovação moral e crime previsto na legislação, sendo pouco considerado como direito reprodutivo das mulheres. Não é possível precisar quantos abortos são realizados por ano no Brasil, porém a Pesquisa Nacional de Aborto (2010) aponta que 01 a cada 05 mulheres brasileiras com menos de 40 anos já realizou ao menos um aborto na vida (DINIZ e MEDEIROS, 2010, p. 963).

Foram 43 (quarenta e três) respostas neste painel, das quais dezessete foram favoráveis, dezessete contrárias e cinco afirmaram depender da situação e citaram os casos autorizados pela legislação. As demais respostas foram irônicas, ou seja, minoria. As respostas contrárias continham argumentos tais como “você nasceu, né”; “você não tem direito de tirar uma vida”. O aborto é considerado como um grave caso de saúde pública no Brasil em virtude dos níveis de internação pós-aborto (DINIZ e MEDEIROS, 2010, p.964) no Sistema Único de Saúde.

O uso de “camisinha” foi citado quatro vezes. Todavia, a sexualidade das mulheres mantém um vínculo afetivo, sendo considerado ato de confiança o não uso do preservativo, caracterizando violência sexual e falta de controle sobre o próprio corpo (BARREIRA, 2014, p. 195) e exposição da saúde da mulher devido à cultura machista. As respostas insinuam ainda sobre as mulheres que contrariam a norma de gênero da maternidade, estigmatizando-as e sofrendo restrições em seu acesso à saúde (VILLELA e MONTEIRO, 2015, p. 536) através dos direitos sexuais e reprodutivos.

Pergunta: Qual a sua opinião sobre esta imagem



Essa pergunta foi motivada por uma situação no período, envolvendo um professor do Campus Seabra do IFBA usando uma camiseta com esta imagem. As 38(trinta e oito) respostas no painel versaram acerca da leitura de uma cena de violência sexual a partir do uso de álcool pela mulher. De tal modo, houveram respostas como: “crime, abuso, assédio”; “nojo!”; “abuso!!”; “#que horror”; “não é = ♥ é = abuso”; “sexo sem consciência”.

As respostas à cena nos remetem ao Código Penal (BRASIL, 1940, art. 215) e a descrição sobre violação sexual mediante fraude, definida como a conjunção carnal ou a prática de outro ato libidinoso com alguém, mediante fraude ou outro meio que impeça ou dificulte a livre manifestação de vontade da vítima, algo que pode ser assim caracterizado, conforme insinua a imagem, sendo considerado um crime contra a liberdade sexual.

Sobre a resposta “taca cachaça que ela libera”, alguém respondeu “estuprador”. Chamou atenção pela lógica de assédio sexual de mulheres embriagadas ou ainda da ação de incentivar o uso de álcool para a prática de sexo com a mulher inconsciente, o que caracteriza violência sexual conforme descrito no Código Penal. Esse comportamento dirigido majoritariamente às mulheres é

uma expressão do poder dos homens sobre elas. (ALEMANY, 2009, p.26). A violência de gênero é um fenômeno social alarmante que engloba diversos fatores e inclui um dos mais graves atos de agressão contra a mulher: a violência sexual. (MELO E SOUZA e ADESSE, 2005, p.15).

Pergunta: Trabalho doméstico é coisa de mulher?

A divisão sexual do trabalho é a forma de divisão social do trabalho por sexo, tendo como característica a destinação de homens ao trabalho produtivo e às mulheres o trabalho reprodutivo, sendo as funções ocupadas pelos homens de maior valor social (KERGOAT, 2009, p. 67).

Dentre as 50 (cinquenta) respostas a este painel, a maioria não foi irônica, mas as respostas fora dessa linha versavam sobre ser obrigação de homens e mulheres e/ou de quem suja. Dessa forma, tais respostas demonstram que a ideia de que o trabalho remunerado é restrito ao homem e o trabalho doméstico à mulher perde cada vez mais espaço.

A partir do conceito de divisão sexual do trabalho, percebemos que o trabalho doméstico é um trabalho reprodutivo, considerado ainda hoje feminino. Assim, tende a ser sempre subestimado, ou mesmo ‘mascarado’, a começar pelo trabalho doméstico (que inclui uma diversidade de tarefas), trabalho reprodutivo, que só é considerado ‘trabalho’ se remunerado (quando feito pela trabalhadora doméstica) e, ainda assim, pouco valorizado, só sendo apreciado quando não é feito (SARDENBERG e MACEDO, 2008, p. 41).

Pergunta: Você já foi obrigado/a a ficar com alguém? Em qual situação? Como se sentiu?

Este painel obteve 45 (quarenta e cinco) respostas, sendo algumas irônicas e outras que relatam situações que confirmam a violência de gênero em questão: “já fui assediada no carro”; “aos 10 anos! Não pude fazer nada”; “horrível”; “já sim, por livre e espontânea pressão. Me senti mal”; “sim, odiei!!!”; “sim! Por minhas amigas, mal”; “sim. Ele me beijou a força. Agredida”.

Para Rubenstein (1987, p. 161 apud Alemany, 2009, p.27), assédio sexual é a “conduta verbal ou física de natureza sexual cujo autor sabe ou deveria saber que é ofensiva à vítima”, algo banalizado na sociedade brasileira através da manutenção de valores patriarcais que são, inclusive, reproduzidos pela escola. Nesse painel houve uma mensagem explicitamente sexista: “você é mulher, sua opinião não conta”, demonstrando uma posição que concebe a mulher como submissa e revela a necessidade de continuar o trabalho sobre relações de gênero numa perspectiva feminista.

Conclusões

O preenchimento dos painéis rapidamente indicou inicialmente que havia necessidade de tratar das temáticas, mas as respostas nos levam a concluir que parte considerável não levou a temática com a seriedade que merece, haja vista que a violência de gênero é uma problemática social muito grave e naturalizada.

A intervenção foi bem recebida e elogiada no espaço escolar, tendo sido significativa para dar visibilidade a situações cotidianas de desigualdades e violências de gênero, bem como a necessidade de ampliar as discussões de gênero e formação tanto de estudantes quando de professoras/es para trabalhar a partir dessa perspectiva, uma vez que para a educação ser um local de transformação, “implica em um novo olhar e uma nova prática por parte de educadores e dirigentes” (COSTA, RODRIGUES e VANIN, 2008, p. 6), perpassando pela compreensão e entendimento da importância das relações de gênero para a emancipação humana.

As respostas nos painéis foram criativas, mas se assemelhavam às frases das redes sociais, o que chama atenção para a influência e potencial contribuição das redes sociais e da internet para a

consciência de gênero e educação feminista. Todavia, ficou explícita a necessidade de aprofundamento sobre as relações de gênero no sentido de desenvolver a consciência de gênero.

A construção da consciência crítica de gênero, através de “um ‘novo olhar’ para o seu ser e estar no mundo como seres inseridos na dinâmica das relações sociais de gênero patriarcais que caracterizam nossa sociedade (SARDENBERG, 2008, p.19) requer exercício constante, sendo que as respostas nos painéis demonstraram que há potencial para tal em nosso ambiente escolar, apesar de resistências e de respostas agressivas e que a socialização das experiências permite constatar que não se trata de um problema individual, mas com raízes sociais que requerem soluções coletivas.

Referências

ALEMANY, Carme. Assédio sexual. In: HIRATA, Helena et al (orgs). **Dicionário crítico do feminismo**. São Paulo: Editora UNESP, 2009, p.25.

BARREIRA, Clarananda. Sexualidade para a liberdade. In: LOBATO, Ana Laura (org). **Jovens mulheres e políticas públicas**. Brasília: Presidência da República, 2014, p.191-199.

BRASIL. Decreto-lei Nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940. Código Penal. Diário Oficial da União (DOU). Brasília, DF, 1940.

COSTA, Ana Alice A.; RODRIGUES, Alexnaldo T; VANIN, Iole M. Introdução. In:_____. **Ensino e gênero: perspectivas transversais**. Salvador: UFBA/NEIM, 2008, p. 05-13.

DINIZ, Debora; MEDEIROS, Marcelo. Aborto no Brasil: uma pesquisa domiciliar com técnica de urna. **Ciência e Saúde Coletiva**. N.15 (supl.1), 2010, p. 959-966.

KERGOAT, Danièle. Divisão sexual do trabalho e relações sociais de sexo. In: HIRATA, Helena et al (orgs). **Dicionário crítico do feminismo**. São Paulo: Editora UNESP, 2009, p.67.

LOURO, Guacira Lopes. **Gênero, sexualidade e educação: uma perspectiva pós-estruturalista**. 13.ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2011.

MELLO E SOUZA, Cecília de; ADESSE, Leila (orgs). **Violência sexual no Brasil: perspectivas e desafios**. Brasília: Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres, 2005.

SARDENBERG, Cecília M.B. Considerações introdutórias às Pedagogias Feministas. In: **Ensino e gênero: perspectivas transversais**. Salvador: UFBA/NEIM, 2008, p. 15-29.

SARDENBERG, Cecília M.B.; MACEDO, Márcia S. Relações de gênero: uma breve introdução ao tema. In: **Ensino e gênero: perspectivas transversais**. Salvador: UFBA/NEIM, 2008, p. 31-44.

SCOTT, Joan. **Gênero: uma categoria útil de análise histórica**. In: Educação e Realidade. Porto Alegre, jul./dez. 1995, p. 71-99.

VILLELA, Wilza Vieira; MONTEIRO, Simone. Gênero, estigma e saúde: reflexões a partir da prostituição, do aborto e do HIV/aids entre mulheres. **Epidemiol. Serv. Saúde**, Brasília: 2015, v. 24, n. 3, p. 531-540.